



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental do empreendimento “Otimização de Produção da Refinaria de Paulínia-Replan”, de responsabilidade da Petrobrás – Petróleo Brasileiro S/A., realizada no dia 12 de junho de 2006, na cidade de Paulínia.**

Realizou-se no dia 12 de junho, às 17h00, na Câmara Municipal de Paulínia, na Rua Carlos Pasetti, 290, Vista Alegre, Paulínia-SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Otimização de Produção da Refinaria de Paulínia - Replan", de responsabilidade da Petrobrás - Petróleo Brasileiro S.A.". Dando início aos trabalhos, a Secretária-Adjunta do Consema, Cecília Martins Pinto, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Prof. José Goldemberg, saudava e dava boas-vindas a todos os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo - Washington Carlos Ribeiro Soares, Secretário de Planejamento e Coordenação do Município de Paulínia, José Pivato, Prefeito do Município de Cosmópolis, Antonio Atauri, Secretário de Comércio e Indústria do Município de Paulínia, Mauro Bonami Junior, Secretário de Fiscalização do Município de Paulínia, Vicente de Paula, Secretário de Meio Ambiente do Município de Paulínia, Luciano Zica, Deputado Federal, e Jonas Santa Rosa, Vereador do Município de Americana - enfim, a todos que vieram participar da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento “Otimização de Produção da Refinaria de Paulínia – Replan”, de responsabilidade da Petrobrás–Petróleo Brasileiro S.A. (Proc. SMA 13.550/2004). Declarou que tinha a missão de inicialmente compor a Mesa de Trabalhos, chamando para dela fazer parte o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN e Diretor do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA, Engº Pedro Stech. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições essas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, a Secretária-Executiva Adjunta expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução de audiências públicas. Depois de Francisco Raymundo Cerqueira Neto, representante da Refinaria de Paulínia–Replan, e Walter Lazzarini, representante Walter Lazzarini Consultoria Ambiental, oferecerem informações detalhadas sobre o projeto e as diversas análises que compõem os estudos elaborados, os impactos previstos e respectivas medidas de compensação e de mitigação, passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema. Jonas Santa Rosa, do Grude–Grupo de Defesa Ecológica da Bacia do Rio Piracicaba, comentou que a unidade da Replan se inseria na Região Metropolitana de Campinas, um dos maiores pólos de desenvolvimento do País, responsável pela produção de 8% do produto interno bruto brasileiro e abrigando, além do maior complexo petroquímico do País, indústrias automobilísticas, têxteis, açucareiras, elétrico-eletrônicas e outras, que causavam enormes impactos ao meio ambiente da região. Comentou, também, que um dos principais impactos negativos se dava sobre a qualidade das águas, que, além de receberem os lançamentos de esgotos industriais e domésticos, ainda sofria com o Sistema Cantareira, que captava grande quantidade de água do Rio Piracicaba para o abastecimento público da RMSP, e, em consequência, a captação feita pela região de Paulínia se restringia a 5m<sup>3</sup>/s de vazão, agravando-se ainda mais a poluição hídrica da região, e os Rios Jaguari e Atibaia sequer comportavam a navegação de pequenas embarcações, fatos esses que causavam inúmeras restrições a



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

toda RMC. Declarou que outro impacto de grandes proporções verificado nessa região referia-se à deterioração da qualidade do ar, inclusive com registro, no ano de 2005 no Município de Americana, de dezessete episódios de ultrapassagem de padrão do poluente ozônio, e, como fora demonstrado pelo consultor em sua apresentação, a rosa dos ventos indicava virem do norte os ventos predominantes nos Municípios de Sumaré, Nova Odessa e Americana, o que concorria para os elevados índices de doenças respiratórias, como se constatava através dos registros feitos pelos hospitais e pronto-socorros da região. Comentou, ainda, que, dessa forma, temia que a ampliação e otimização do processo de produção da Replan agravasse ainda mais os problemas de saúde da população, embora acreditasse que os efluentes líquidos gerados seriam mitigados pela estação de tratamento de esgotos de grande porte existente na refinaria, cujas dimensões e potencial eram adequadas à produção da refinaria após o processo de ampliação. Comentou, também, que, em relação à qualidade do ar, mesmo com a instalação de modernos equipamentos que eliminassem a queima de gases através de filtros, era preciso intenso monitoramento das emissões, e, no que dizia respeito às compensações ambientais, era preciso definir se elas seriam feitas na área de influência da Replan, como o mini-pantanal de Paulínia, no Baixo Piracicaba, ou nas unidades de conservação da região. Comentou, também, que, para a mitigação dos impactos, era adequado se investir tanto em projetos sociais como em na criação de novos parques e em estações de tratamento de esgoto, com objetivo de se melhorar a qualidade das águas dos Rios Jaguari e Atibaia, considerados atualmente Classe III, embora a seus olhos se devessem investir na área ambiental dos municípios de Cosmópolis e Artur Nogueira - considerando-se que a modernização possuía caráter regional, e não somente local - e se promover a discussão das Agendas 21 de cada município, dando ênfase às questões básicas, entre as quais a recomposição de matas ciliares degradadas em nascentes. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das entidades da sociedade civil. Carlos Alexandre Silva, representante da TV Natureza-Jundiaí, declarou que, como todo brasileiro, tinha orgulho da Petrobrás e que não se podia esquecer que a legislação ambiental brasileira era bastante recente e que muitos impactos, cuja magnitude deveria também ser considerada, aconteceram de forma totalmente porque os empreendimentos que lhes deram origem foram implantados de forma irregular em épocas anteriores à implementação dessa legislação. Declarou, também, que a emissora à qual se vinculava vinha fazendo um documentário sobre o pólo petroquímico da região, tendo verificado, nesse contexto, que ela abrigava grandes passivos ambientais, motivo pelo qual propunha que as medidas mitigadoras a serem adotadas contemplassem, a partir de uma pesquisa aprofundada sobre a região, a recuperação das áreas dos antigos aterros Classes I e II nela existentes, que continuavam causando impactos na saúde pública em decorrência de possíveis contaminações dos recursos hídricos e do solo. Djanira de Franceschi Deangelis, representante do Instituto de Biociências da Unesp de Rio Claro, comentou que, há dez anos, a Replan vinha-se preocupando com o desenvolvimento de pesquisas na área ambiental, as quais eram coordenadas pelo Instituto de Biociências da Unesp de Rio Claro, criando-se, assim, condições adequadas para a previsão de possíveis danos ambientais em suas unidades. Comentou, também, que todo ser vivo gerava poluentes, assim como toda indústria, embora algumas se preocupassem com o meio ambiente e outras, não, e que, felizmente, a Replan tinha essa preocupação, o que poderia ser demonstrado por meio das iniciativas da empresa para adiantar-se ao cumprimento da legislação de controle ambiental e ao desenvolver, em parceria com universidades públicas, uma série de pesquisas preventivas, para que não fossem gerados impactos, principalmente na qualidade da água, e, para tanto, essas universidades utilizavam os mais modernos métodos de avaliação de toxicidade disponíveis e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

enviavam, trimestralmente, relatórios à Replan, que deles se utilizava como instrumentos de avaliação e de previsão de eventuais impactos. Cláudio Roberto Gouveia, representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo-CIESP, na região de Paulínia, declarou apoio a esse projeto de modernização da refinaria, argumentando que os empresários da região consideravam que esse empreendimento era muito importante pelos benefícios que traria entre os quais se incluía a geração de cinco mil empregos diretos e indiretos, o que contribuiria tanto para o incremento da renda da população do município, Estado e Federação como para a continuação do processo de revitalização de Paulínia e o desenvolvimento tecnológico dos profissionais da região. Marcos Aurélio Teixeira, representante da entidade Ama Paulínia, declarou igualmente seu apoio ao projeto e enfatizou a vocação industrial de Paulínia e a necessidade de se conferir sustentação ambiental ao seu crescimento, com preocupação com o bem-estar dos cidadãos e respeito ao meio ambiente, o que a Replan já vinha demonstrando ao longo dos anos. Declarou, ainda, que sua entidade acompanharia de perto a implementação do processo de modernização dessa refinaria, aferindo as emissões de material particulado e de efluentes líquidos e as contrapartidas de compensação apresentadas pela Replan, as quais deveriam restringir-se à região de Paulínia. Chang Hung Kiang, representante do Fundunesp de Rio Claro, comentou que, em virtude de sua atuação profissional, que se vinculava, de certa forma, a Replan, constatava que a Petrobrás dava prioridade às questões ambientais. Itamar Sanches, representante do Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo, comentou que, com a realização de audiências públicas, a sociedade vinha exercendo seu papel de cidadã, pois podia expor suas opiniões em um fórum democrático e aberto a qualquer pessoa e instituição. Declarou que, logo no início de seu processo de modernização, a Petrobrás fez uma apresentação desse projeto na sede desse sindicato, ocasião em que os petroleiros questionaram alguns aspectos seus, como, por exemplo, o incremento nas emissões de poluentes, que afetaria a qualidade do ar, do solo e das águas, e que, embora esse sindicato apoiasse o projeto, era preciso ficar atento às medidas de compensação e de mitigação propostas pela Petrobrás para sanar tais impactos e à sua implementação, precisamente na região de influência direta da refinaria. Comentou, igualmente, que a diretoria desse sindicato vinha trabalhando com a área de recursos humanos da refinaria com o objetivo de aumentar o efetivo de funcionários para as unidades que seriam ampliadas e de chamar atenção para os aspectos relacionados com segurança. Comentou, ainda, que uma reivindicação muito importante, dada à magnitude de suas indústrias, era a implantação na região de Paulínia de um Centro de Referência de Saúde do Trabalhador, que atendesse todos os trabalhadores das indústrias e do pólo petroquímico, e que esse equipamento poderia ser conseguido se a Petrobrás, com a contrapartida de incentivos, exigisse que o Poder Municipal assumisse esse compromisso com a população. Geraldo César de Araújo, representante da Associação Comercial e Industrial de Paulínia, comentou que a Petrobrás não media esforços para promover encontros e reuniões com diversos segmentos da sociedade e com a comunidade em geral, com o objetivo de tornar o processo licenciamento ambiental desse projeto de modernização da Replan totalmente transparente e confiável, motivo por que a entidade à qual se vinculava o apoiava integralmente, e que a sociedade local já passara de um período de incertezas e curiosidade para uma era de grande satisfação com o empreendimento, uma vez que o mesmo ofereceria oportunidades de empregos, de capacitação, de qualificação técnica da mão-de-obra e de melhoria da qualidade de vida da população, contribuindo para o desenvolvimento local e regional. Tomás Marcelo Martins Leite, representante do Senai-Regional de Paulínia, declarou que essa instituição e a Petrobrás foram criadas pelo mesmo modelo trabalhista de Getúlio Vargas, embora a estatal fosse um pouco mais jovem, e que não poderia deixar



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

de apoiar esse tipo de empreendimento, por se amparar nos valores de civismo, segurança e na preocupação com o meio ambiente e qualidade de vida, conectando-se, principalmente, com o pensamento desenvolvimentista que o Brasil tem hoje. Comentou, também, que, como parceiro educacional desse projeto, o Senai se responsabilizaria pelo treinamento de cerca de três mil pessoas, que poderiam ser ou não escolhidas para trabalhar nesse projeto específico, que se voltaria, prioritariamente, para a mão-de-obra existente em Paulínia e Cosmópolis, embora os cidadãos de outras regiões fossem também bem-vindos. Jaceguay Cunha, representante da Prolong Vida de Paulínia, declarou-se fã incondicional da Petrobrás, que merecia todo apoio e consideração da sociedade, pelo seu pioneirismo e atuação na questão ambiental. Comentou, em seguida, que, embora a empresa fosse uma das maiores existentes, no Mundo, no ramo petrolífero e responsável pela movimentação de milhões de metros cúbicos de petróleo por dia, através de petroleiros, terminais, oleodutos, gasodutos, refinarias e demais instalações, ela apresentava um baixíssimo índice de acidentes, o que se devia ao seu gerenciamento primoroso e à dedicação de todos os funcionários que nela trabalhavam. Comentou, ainda, que, com a modernização da Replan, haveria incremento na geração de emprego, seriam melhoradas as condições de vida da população de Paulínia e qualificada sua mão-de-obra, mas, em contrapartida, o município sofreria impactos diretos, nos sistemas de saúde, educação, segurança, transportes e habitação, com o aumento da demanda, mas que todos esses possíveis impactos seriam, de alguma forma, compensados ou mitigados pela empresa, de modo a se prevenir o aparecimento de favelas e de outros problemas sociais em Paulínia. Sugeriu que a Petrobrás liderasse na região a implementação de um Plano de Auxílio Mútuo-PAM, com objetivo de se criar um mecanismo efetivo de contingência de acidentes nas empresas e no pólo petroquímico, com a participação de sindicatos, escolas de entidades, clubes de serviço, entre outras instituições, pois, embora os riscos de acidentes sempre existissem, era possível proceder-se um gerenciamento adequado, evitando-se riscos futuros. Laércio Malli, representante da Associação Jardim Calegari, comentou que, como morador de Paulínia há 35 anos, vinha notando que, no momento da instalação de novas indústrias eram feitas inúmeras promessas, mas, infelizmente, a maioria não era cumprida, porém, diante da grandeza da Petrobrás, acreditava que todas as garantias oferecidas por esse projeto seriam cumpridas, e esperava, também, que a maioria dos empregos gerados pelo empreendimento efetivamente se destinasse à população de Paulínia, como também fossem aplicados na região os recursos destinados à compensação ambiental. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. Alaíde Evangelista Figueiredo declarou que qualquer pessoa no mundo se sentiria orgulhosa de fazer parte de um País que tinha uma Petrobrás, e que, como vendedora de rua, percebia como a população dispensava poucos cuidados aos aspectos ambientais, como era o caso da senhora que jogava lixo na rua e do empresário que enterrava uma nascente para construir sua casa. José Roberto Nunes, comentou que se preocupava com a questão ambiental, que sem dúvida alguma era muito importante, e que, cada vez mais, se fazia necessário dispensar-se cuidados ao meio ambiente, e que se preocupava também com a necessidade de petróleo e de mais insumos para aumentar a produção de modo geral. Luciano Amaral, depois de declarar que era vinculado a Essensis, uma empresa preocupada com a questão ambiental, comentou que trabalhava com várias unidades da Petrobrás e podia afirmar que, sem dúvida, ela era um exemplo de investimento no meio ambiente, e que, como todos sabiam, todos os países sempre têm como âncora ser auto-suficientes em petróleo ou em reservas petrolíferas, e que isso era possível ao Brasil, graças ao trabalho da Petrobrás. Luciano Zica, Deputado Federal pelo Estado São Paulo, depois de elogiar a qualidade do trabalho realizado pela equipe consultora, comentou que tinha uma relação com a cidade de Paulínia



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

e com a refinaria desde o dia 06 de setembro de 1971 quando passou a trabalhar nela e se agregou a essa legião de pessoas que acompanha o desenvolvimento dessa região. Comentou que viveu na refinaria em um período em que não havia normas ambientais corretas, legislação adequada e nem orientação e formação para se conviver com as preocupações ambientais, e que, como fruto desse período, existia na cidade de Paulínia uma série de problemas de natureza ambiental, como acabara de ser citado, como as questões relacionadas com o Recanto dos Pássaros, sobre as quais a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, da qual fazia parte, elaborará um relatório, sobre o qual ocorrerá, na próxima semana, uma audiência. Comentou que, felizmente, a Petrobrás, com um longo e extenso investimento nas questões relacionadas com o meio ambiente, oferecia atualmente contrapartidas que representavam significativas melhorias para o município e região, entre as quais aquela determinada pela legislação do SNUC. Comentou, também, que outra contrapartida a ser oferecida pela Petrobrás não só à cidade de Paulínia como também à de São Paulo, ao Estado e ao País, consistia na melhoria da qualidade dos combustíveis, pois o ganho ambiental era importantíssimo, principalmente no que dizia respeito à redução no teor de enxofre. Declarou que, apesar de residir próximo da Refinaria, da Rodovia Dom Pedro I e do Shopping Dom Pedro, não recebia ventos provenientes da região da Replan. Ao concluir, solicitou um esforço a mais por parte do empreendedor para que houvesse uma contrapartida um pouco maior, de modo a contemplar não só a cidade de Cosmópolis, Artur Nogueira, Americana e Nova Odessa, mas também a cidade de Paulínia, que, embora tivesse um grande orçamento, decorrente da presença da refinaria e de outras empresas, nem sempre via os frutos dessa receita extraordinária revertidos para a melhoria da qualidade de vida do seu povo. Walmor Amorim, depois de elogiar à Petrobrás pela atitude pró-ativa, promovendo essa discussão com a sociedade, comentou que, se isso houvesse ocorrido há cinquenta anos, por certo não existiria o passivo ambiental ora existente e que igual discussão poderia ocorrer com as demais indústrias instaladas no município, que deveriam debater com vistas a encontrar uma solução para esse passivo ambiental. Comentou, ainda, que a contrapartida ambiental correspondente a recursos da ordem de 0,5% do valor do empreendimento, determinada por uma resolução do Conama, deveria ser aplicada no Matão. Bernadete Ziliote comentou que, desde criança, acompanhava a evolução da poluição ambiental da região e que os moradores do município deveriam exigir contrapartidas ambientais e, até mesmo, que parcela do lucro de empresas como a Petrobrás, de bilhões e bilhões de reais por ano, fosse aplicada no município, com vistas à melhoria de suas condições ambientais. Claudomiro Marinho comentou que cada posto de trabalho que for criado no processo de modernização da Petrobrás – que, segundo os expositores, serão, ao todo, cinco mil – gerará cinco empregos indiretos, surgindo, ao todo, quinze mil novos postos de trabalho, o que significava que a população do município aumentará significativamente, e deverá contar com serviços essenciais, como moradia e transporte, o que era preocupante. Comentou, também, que os recursos provenientes da compensação ambiental deveriam ser aplicados, não só em Vinhedo e Valinhos, mas também em outros municípios, como Sumaré, Americana, Hortolândia e Cosmópolis, os quais também deveriam ser ouvidos, pois sua população também sofrerá com o excesso poluição que será gerado. José Fernando Valle, declarou que apesar de considerar evidente a necessidade de modernização da Replan, pois traria ganhos tanto sociais como ambientais, entre eles, a diminuição de poluentes atmosféricos em função da melhoria na qualidade dos novos combustíveis que seriam produzidos, faria os seguintes questionamentos: 1 que medidas adicionais a Petrobrás propunha para mitigação de gestão de resíduos, diminuição de ruídos, melhoria do ambiente de trabalho dos funcionários e diminuição dos impactos na bacia hidrográfica da região; 2. quanto a aplicação do



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

percentual de 0,5% referente a compensação ambiental dos impactos, em função da região não dispor de nenhuma unidade de conservação de uso integral se não seria possível se aplicar esta verba nas Áreas de Interesse Ecológico do Matão e na Mata Santa Genebra. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Washington Carlos Ribeiro Soares, Secretário de Planejamento e Coordenação do Município de Paulínia, comentou, inicialmente, que acompanhou, passo a passo, os atos iniciais do licenciamento ambiental da modernização dessa refinaria e que elogiava a transparência de todas as ações tomadas pelos representantes da empresa, o que fazia com que os órgãos municipais e toda a sociedade tivessem clareza dos impactos que seriam gerados, o que permitiria que fossem transformados em oportunidades, e que, inclusive, a Petrobrás se comprometera a investir um pouco mais na região, do ponto de vista social. Antônio Atauri, Secretário da Indústria e Comércio do Município de Paulínia, depois de reiterar o posicionamento feito pelo Secretário de Planejamento e Coordenação do Município de Paulínia, comentou que esse projeto traria benefícios ambientais para o município e que as informações veiculadas durante as reuniões realizadas com a sociedade civil geraram muita expectativa no comércio e na indústria locais, pois, com certeza, haveria incremento na geração de renda, o que resultaria na criação de novos postos de emprego, e que sugeria apenas fosse criado um mecanismo de modo a evitar a fuga de recursos para outros municípios, a ser quitada a última parcela da empreiteira e da sub-empreiteira, pelo fato de os operários da obra não quitarem os compromissos assumidos com os comerciantes da região. Vicente de Paula, Secretário de Meio Ambiente do Município de Paulínia, depois de comentar que, ainda nesse ano, estaria sendo entregue à população a estação de tratamento de esgoto que vinha sendo reivindicada há muitos anos, e de tecer comentários sobre as decorrências do posicionamento defendido pelo Brasil na Conferência de Estocolmo - pois, implementado ao longo de algumas décadas, trouxe muito prejuízo para a sociedade - e sobre a importância da Petrobrás para o município, declarou que a Secretaria de Meio Ambiente do Município de Paulínia permaneceria vigilante ao cumprimento de todas as exigências de recomendações constantes dos estudos ambientais, e informou que se reuniria com o Promotor Público da Comarca, Jorge Alberto, para solicitar que os recursos oriundos da compensação ambiental fossem aplicados nesse município. José Pivatto, Prefeito do Município de Cosmópolis, declarou, inicialmente, que seria repetitivo se mencionasse todos os benefícios que a implantação desse empreendimento traria para o município de Paulínia, principalmente, nesse momento, em que a Petrobrás deixaria a função de importadora e passaria a ser exportadora. Em seguida, chamou atenção para os seguintes aspectos: 1) a necessidade de se preservar o Rio Jaguari, o qual, além de abastecer a Replan abastecia outras empresas localizadas na região; 2) os problemas de saúde que surgiriam em Cosmópolis com o aumento das emissões de SO<sub>2</sub> e de CO, o que causaria impacto principalmente em períodos de seca extrema; 3) os impactos financeiros que ocorreriam também nesse município, pois a arrecadação de Cosmópolis, além de não aumentar como a de Paulínia, poderia até mesmo diminuir; 4) a gravidade da questão social gerada com a ampliação da Refinaria de Paulínia, já que sua construção contribuiu tanto para a ocupação de seis áreas públicas em Cosmópolis, com 550 famílias morando em barracos, como para a falta de creches e de outros equipamentos sociais; 5) os problemas de saúde, que igualmente seriam gerados, entre os quais aqueles decorrentes da contração de doenças sexualmente transmissíveis; 6) a impossibilidade de que 85% dos 5 mil empregos gerados serem absorvidos pela mão-de-obra da região, porque, se se empregasse toda aquela aí existente, apenas 50% desse montante de postos de trabalho seria ocupado, e que, na verdade, parte desses postos de trabalho seriam ocupados por pessoas de outras regiões que se fixariam em Cosmópolis, muitos dos quais aí permaneceriam depois



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

de concluída a obra, e que esse município não dispunha de infra-estrutura para tanto. Ao concluir, reiterou que apoiava esse empreendimento, mas reconhecia a necessidade de ele contribuir para a solução dos problemas ambientais e sociais, grande parte dos quais foram causados pela construção e funcionamento da Refinaria de Paulínia. Passou-se à etapa das réplicas. Francisco Raymundo Cerqueira Neto, representante da Refinaria de Paulínia, ofereceu os seguintes esclarecimentos: 1) que a Petrobrás lançara o programa “De olho no ambiente”, que funcionava como uma Agenda 21 dos municípios da região - principalmente de Cosmópolis, Paulínia e Artur Nogueira -, e se voltava, especialmente, para as pessoas que trabalharam na remediação de áreas que sofreram impactos; 2) que cinco das seis áreas impactadas foram remediadas, e a única que ainda não o foi era aquela em que se encontrava o tanque de querosene de aviação; 3) que a área que sofreu impacto e que se relacionava com o Rio Jacaré nada tinha ver com a Refinaria de Paulínia; 4) que, em relação à compensação ambiental determinada pela legislação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação-SNUC, na segunda etapa de implantação do projeto, seriam propostas as áreas de relevante interesse ecológico nas quais deveriam ser aplicados os recursos oriundos da compensação ambiental; 5) que todos os impactos seriam relacionados, e que se havia mostrado, por ocasião da exposição, apenas um resumo dos impactos sociais, ambientais e de saúde que ocorreriam, mas que não seria deixada nenhuma lacuna e estavam sendo adotadas diversas ações, juntamente com a Prefeitura de Paulínia, as quais não poderiam ser relacionadas nessa ocasião; 6) que agradecia todas as manifestações feitas e que muitas delas ofereceram significativos subsídios, os quais seriam utilizados na fase dois do processo de implantação desse projeto. Walter Lazzarini, representante da empresa responsável pelos estudos ambientais, depois de comentar sobre sua satisfação profissional por ter participado dessa audiência pública e de agradecer as manifestações, que demonstraram preocupação com questões essenciais para a região, esclareceu: 1) que, em relação à compensação ambiental, existia uma limitação ao investimento, uma vez que não existiam unidades de conservação de proteção integral na região na qual deveriam ser aplicados esses recursos, como determinava a legislação do SNUC, mas que a Resolução Conama nº 371, de 5 de abril de 2006, abriu a possibilidade, que poderia ser explorada talvez em outra fase de implantação desse projeto, qual seja, a de que, existindo uma ou mais unidades de conservação ou zonas de amortecimento afetadas diretamente pelo empreendimento, independentemente do grupo a que pertençam, elas podem ser beneficiados com recursos oriundos da compensação ambiental, e que, inexistindo unidades de conservação ou zona de amortecimento afetada, parte desses recursos poderá ser destinada à criação, à implantação ou à manutenção da unidade de conservação do grupo de proteção integral, localizada preferencialmente no mesmo bioma e na mesma bacia hidrográfica do empreendimento ou atividade licenciada; 2) que, em relação ao percentual destinado a essa compensação, uma manifestação do Tribunal Regional Federal determinou que o mínimo estabelecido por lei constituía também o máximo; 3) que, com relação à captação de água, a Replan tinha direito de outorga de 1.870 m<sup>3</sup>/h, e usava apenas 1.700 m<sup>3</sup>/h, e que, efetivamente, haverá um aumento na demanda, que seria recompensado com o reuso, que lhe seria superior; 4) que, com relação às emissões de poluentes fugitivos, foram tomadas algumas providências, como a eliminação da bacia de água e óleo - uma das responsáveis pela exalação de componentes orgânicos voláteis – entre outras; 5) que as medidas mitigadoras se localizavam no interior da Replan porque a finalidade desse procedimento era eliminar-se a fonte primária do impacto; 6) que, segundo a Replan, seriam gerados 1 mil e 650 postos de empregos, e os empregos indiretos não foram por ela postulados; 7) que proporia ao representante da Replan que, constatada a existência de matas a serem preservadas,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

fosse contemplada pela Câmara de Compensação Ambiental a possibilidade de se criarem unidades de conservação de proteção integral. Jonas Santa Rosa, representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, comentou: 1) que o reuso da água era uma medida importante de ser adotada por esse projeto porque a falta de água da bacia hidrográfica existente na região criaria alguns problemas; 2) que era necessário se investisse no monitoramento da qualidade do ar dos municípios da região; 3) que as populações dos municípios de Americana, Sumaré, Nova Odessa, Santa Bárbara, Limeira, Hortolândia, Cosmópolis, Campinas, Artur Nogueira, Holambra e Santo Antonio de Posse deveriam ser esclarecidas, pelos técnicos da Replan, sobre os impactos que seriam gerados pelo processo de otimização dessa refinaria; 4) e que solicitava aos representantes do empreendedor e da equipe de consultoria que realizassem uma reunião de esclarecimentos para a população de Americana. Pedro Stech, Diretor do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA/SMA, esclareceu: 1) que essa era a etapa do licenciamento ambiental prévio do projeto Otimização de Produção da Refinaria de Paulínia, que tramitava no DAIA e na Cetesb, e que equipes multidisciplinares desses órgãos oferecerão pareceres, com base nos quais a Secretaria de Meio Ambiente se posicionará sobre a viabilidade ou inviabilidade ambiental desse empreendimento; 2) que o percentual previsto para compensação ambiental determinada pela legislação do SNUC – compensação esta que não podia ser confundida com outras medidas mitigadoras ou compensatórias previstas pelo EIARIMA -, por decisão do Tribunal Regional Federal, era de 0,5% do valor do investimento do empreendimento, o qual, segundo proposta feita pelo EIA, deveria ser aplicado em uma ou mais unidades de conservação de proteção integral, obedecendo-se a hierarquia e o modo de aplicação estabelecidos igualmente pela legislação do SNUC; 3) que essa proposta formulada pelo EIA e aquelas encaminhadas pela sociedade civil seriam levadas à Câmara de Compensação Ambiental que funcionava no âmbito da SMA, seguindo-se, também nesse caso, às determinações estabelecidas pela legislação do SNUC; 4) que essa instância indicará como seriam aplicados esses recursos, não cabendo, portanto, nem ao DAIA nem ao próprio empreendedor tal decisão; 5) que, como sugeriu o consultor, já houve casos de se aplicarem esses recursos na criação de uma unidade de proteção integral, como a Revap em São José dos Campos, em que parte substancial dessa compensação - 90% dos recursos –, por sugestão da SMA, foram aplicados na criação de uma nova unidade de proteção integral em São José dos Campos, no chamado Parque Estadual do Banhado; 6) e que, no prazo de cinco dias, a partir da data dessa audiência, qualquer interessado poderia encaminhar propostas de criação de unidades de conservação – ou entregá-las diretamente na Secretaria Executiva do Consema ou postá-las nos Correios - e tais propostas seriam encaminhadas à Câmara de Compensação Ambiental, para serem apreciadas; 7) que, como membro dessa câmara, entendia que esse recurso fosse aplicado na área de influência do empreendimento. Cecília Martins Pinto, Secretária-Executiva Adjunta do Consema, declarou que haviam sido cumpridas todas as etapas da audiência, após o que agradeceu, em nome do Secretário do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Prof. José Goldemberg, a presença de todos. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora da Divisão de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do Consema, lavrei e assino a presente ata.

PS/ARP